



Ponta dos Mangues, em Sergipe, amanhece suja de óleo, na quarta (25) Brenda Dantas/Divulgação

Manchas de óleo atingem mais de cem praias do Nordeste

Segundo o Ibama, petróleo não é de origem brasileira; hipótese investigada é de descarte ilegal em alto mar

Matheus Moreira e João Valadares

SÃO PAULO E RECIFE No começo de setembro, manchas de óleo começaram a aparecer em praias do Nordeste. De lá para cá, as manchas foram identificadas em pelo menos 105 praias de 46 municípios em oito estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Segundo o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a análise das amostras do óleo feitas pela Petrobras e pela Marinha revelou que a substância é petróleo e não é de origem brasileira. Em nota, a Petrobras afirma que o material encontrado não é produzido e nem comercializado pela empresa, mas não explica como a análise foi feita.

A fauna também foi afetada pela presença do óleo. Em quatro estados, foram encontradas mortas seis tartarugas marinhas e uma ave (bobo-pequeno). Outras duas tartarugas foram resgatadas com vida.

O Ibama pediu ajuda da Petrobras para limpar as praias atingidas, e a empresa deve destacar cem funcionários para a função.

Em nota, o órgão aponta que a situação no Rio Grande do Norte, estado em que manchas foram vistas em pelo menos 43 localidades, está estável e que o grupo de comando das investigações foi transferido para o Maranhão, onde o surgimento de novas manchas já foi relatado em pelo menos dez locais.

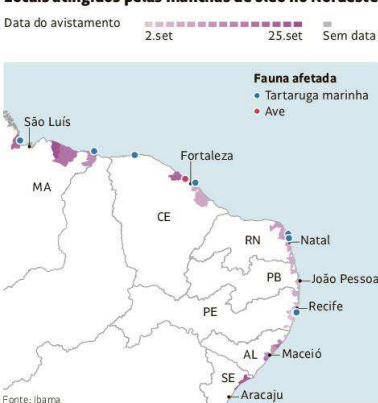
O texto ainda aponta que "não há evidências de contaminação de peixes e crustáceos" e que a avaliação da qualidade do pescado nas regiões atingidas para consumo humano é de responsabilidade dos órgãos de vigilância sanitária.

As primeiras manchas apareceram no dia 2 de setembro em Pernambuco. Desde então, a CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente) está investigando em conjunto com a UEPH (Universidade Estadual de Pernambuco) a origem do petróleo. A hipótese é que o produto tenha sido descartado de forma ilegal em alto mar há mais de um mês. O ICMBio e a Marinha estão investigando o caso.

Eduardo Elvino, diretor de controle de fontes poluidoras da CPRH, diz que será possível dizer com precisão onde ocorreu o vazamento ou o descarte dentro de 20 dias, o que poderá indicar qual foi a embarcação responsável. As manchas estão se deslocando 30 cm por hora.

O Ibama orienta que banhistas e pescadores não entrem em contato com o óleo e que, se identificarem o material, notifiquem a prefeitura. Ao encontrar animais mortos, não se deve lavá-los ou devolvê-los ao mar, mas acionar os órgãos ambientais.

Locais atingidos pelas manchas de óleo no Nordeste



Principais praias atingidas por estado

- Alagoas**
Pajuçara, Japaratinga, praia do Francês, Barra de São Miguel, praia do Gunga
- Ceará**
Beberibe, Cascavel, Paracuru, praia de Taiba
- Maranhão**
Praia de Itatinga, Ilha do Livramento, Atins
- Paraíba**
Praia do Amor, Cabo Branco, Tambaba, Tambáú, Formosa
- Pernambuco**
Boa Viagem, Ilha de Cocaia, Porto de Galinhas, Carneiros
- Rio Grande do Norte**
Ponta Negra, Pipa, Touros, Jenipabu, Baía Formosa
- Sergipe**
Ponta dos Mangues, Barra dos Coqueiros, praia do Pirambu

Maioria defende proteção de áreas onde vivem índios isolados, aponta Datafolha

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO A maior parte dos brasileiros é favorável à proteção de florestas onde vivem tribos indígenas isoladas, aponta pesquisa Datafolha.

O levantamento, contratado pelo ISA (Instituto Socioambiental), mostra que 93% dos brasileiros são a favor de políticas públicas que reforcem a proteção de florestas para garantir a sobrevivência de índios isolados. A pesquisa foi feita entre 4 e 6 de junho deste ano em 168 municípios de todo o país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), há cerca de 114 registros de índios isolados na Amazônia Legal.

Em seu discurso na 74ª Assembleia Geral da ONU, porém, Jair Bolsonaro (PSL) disse que há 70 tribos vivendo em locais isolados. A reportagem pediu esclarecimentos sobre a informação ao Planalto, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

O presidente disse ainda que "pessoas de dentro e de fora do Brasil, apoiadas por ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas".

O tema aparece com frequência em seus discursos desde a campanha presidencial. Bolsonaro já afirmou mais de uma vez que não demarcará novas terras indígenas e defende que as áreas protegidas sejam usadas para produção e aproveitamento mineral —ideia rejeitada pela maioria dos brasileiros.

Adriana Ramos, assessora do programa de política e direito socioambiental do ISA, afirma que o discurso do governo Bolsonaro incentiva as invasões a terras indígenas.

"São terras onde as populações não estão atentas a esses movimentos de fora", diz Ramos, que cita as terras indígenas Ituna/Itatã, no Pará, e Arariboia, no Maranhão, como exemplos de áreas que estão sofrendo invasões.

Os primeiros nove meses do governo Bolsonaro apresentaram essa exposição de invasões, segundo levantamento do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que é vinculada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Enquanto em 2018 foram registrados 111 invasões em 76 terras indígenas, de janeiro a setembro deste ano, o número saltou para 160 invasões em 153 terras indígenas.

No último sábado (21), a principal base da Funai de proteção a índios isolados, no Vale do Javari, no Amazonas, foi atacada a tiros. Foi o quinto ataque desde o ano passado. O líder indígena marubo Manoel Barbosa disse à Folha que funcionários da Funai e indígenas estão sob ameaça no local.

Segundo Fany Ricardo, antropóloga do ISA, um agravante no possível contato com as populações indígenas isoladas é o risco da disseminação de doenças e mortes dos índios, devido à falta de anticorpos contra alguns micro-organismos.

"Esses índios podem ser exterminados sem nem saberem", diz Ricardo.

A pesquisa Datafolha também apontou que 88% dos brasileiros acreditam que os povos indígenas devem ser consultados sobre caso de obras que impactem diretamente suas terras.

De acordo com o relatório da Lei Geral de Licenciamento, que tem o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) como relator, só seriam passíveis de licenciamento ambiental as obras que tiverem impacto em terras indígenas já homologadas.

Dessa forma, o processo não se faria necessário em áreas em processo de demarcação.

Hoje, há 305 povos indígenas no Brasil, 408 terras homologadas e outras 821 em processo de demarcação ou que foram reivindicadas.

Após o protesto de entidades ambientais, houve a inclusão no relatório do deputado da consulta a povos indígenas nos licenciamentos que afetem seus territórios. O documento final de Kataguiri ainda não está pronto. Uma vez concluído, precisa ser pautado para votação na Câmara.

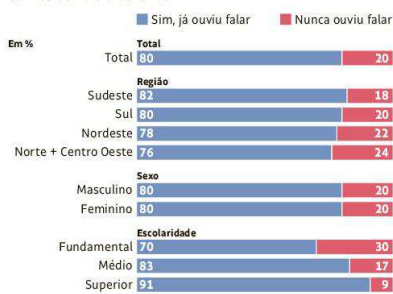
Segundo Raul Valle, diretor de justiça socioambiental do WWF-Brasil, hoje o licenciamento é mais abrangente e o processo passa a considerar a área a partir do momento em que há um relatório de identificação assinado pela Funai.

"Já dá para exercitar, do ponto de vista do licenciamento, a avaliação necessária e a consulta prévia", diz. "Se eu sei que existe, eu levo em consideração. Saber que existe não necessariamente significa que a área está homologada."

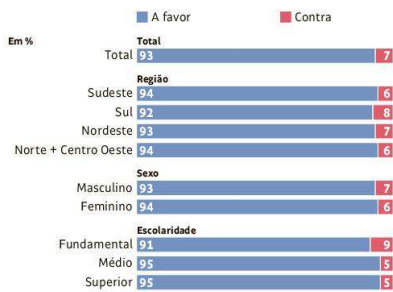
Brasileiros defendem maior proteção a florestas com presença de índios isolados

Governo Bolsonaro quer abrir áreas indígenas para exploração econômica

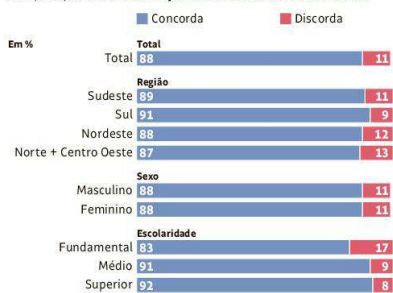
Você já ouviu falar sobre povos indígenas que vivem isolados em florestas do país e que nunca tiveram contato com os demais brasileiros?



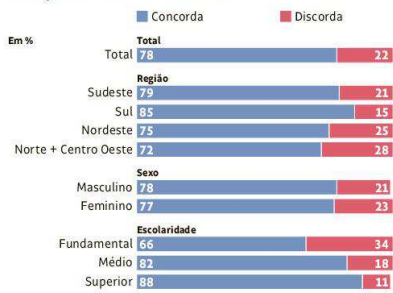
No Brasil existem povos indígenas que vivem isolados em florestas, especialmente na região Amazônica, sem ter contato com o resto da população. São índios que mantêm cultura e hábitos muito próximos aos de seus antepassados. Você é a favor ou contra políticas públicas que reforcem a proteção dessas florestas para garantir a sobrevivência desses índios?



Os povos indígenas devem ser consultados pelo governo sempre que uma obra impactar diretamente suas terras



Os povos indígenas no Brasil sofrem historicamente com a ameaça de invasão de suas terras



Datafolha fez 2.088 entrevistas em 168 municípios entre 04 e 06 de junho de 2019